



Diálogos

ISSN 2177-2940



O Brasil e o subsistema platino: os antecedentes da Guerra da Tríplice Aliança

 <https://doi.org/10.4025/dialogos.v24i3.56605>

Daniel Rei Coronato

 <https://orcid.org/0000-0001-7129-1077>

Universidade Católica de Santos, Brasil. E-mail: daniel_coronato@hotmail.com

O Brasil e o subsistema platino: os antecedentes da Guerra da Tríplice Aliança

Resumo: O objetivo do artigo é analisar as interconexões entre a formação do subsistema platino e a eclosão da Guerra da Tríplice Aliança (ou Guerra do Paraguai). Marcado por dinâmicas específicas e características pré-nacionais, assim como debilidades nos mecanismos de coerção e capital, as unidades políticas da região conviveram em um ambiente externo complexo, que resultaria no conflito. A discussão, então, se centrará na problemática de interpretar como as condições regionais, atreladas ao processo de disputas durante a formação das estruturas nacionais, foram determinantes para o encadeamento de causas e condições, em especial, observando o papel do Brasil naquele contexto.

Palavras-chave: Guerra da Tríplice Aliança; Guerra do Paraguai; História da Política Externa do Brasil; Rio do Prata.

Brazil and the Plata subsystem: the antecedents of the War of the Triple Alliance

Abstract: The purpose of this article is to analyze the connections between the formation of the Plata subsystem and the outbreak of the Triple Alliance War (or War of Paraguay). Marked by specific dynamics and pre-national characteristics, as well as weaknesses in the mechanisms of coercion and capital, the political units of the region experienced a complex external environment, which would result in the war. Therefore, the discussion will focus on the problem of interpreting how regional conditions, linked to the process during the formation of national structures, decisive for the chain of causes and conditions, particularly noting Brazil's role in that context.

Key words: War of the Triple Alliance; Paraguayan War; History of the Brazilian Foreign Policy; Plata River.

Brasil y el subsistema platino: los antecedentes de la Guerra de la Triple Alianza

Resumen: El propósito de este artículo es analizar las conexiones entre la formación del subsistema de platino y el estallido de la Guerra de la Triple Alianza (o Guerra del Paraguay). Marcada por la dinámica y las características específicas pre-nacionales, así como las deficiencias de los mecanismos de la coacción y capital, las unidades políticas de la región vivían en un entorno externo complejo, lo que resultaría en la guerra. La discusión se centrará en el problema de interpretar cómo las condiciones regionales, vinculados con el proceso de disputa durante la formación de las estructuras nacionales, fueron decisivos para la cadena de causas y condiciones, sobre todo teniendo en cuenta la función de Brasil en ese contexto.

Palabras clave: Guerra de la Triple Alianza; Guerra del Paraguay; Historia de la Política Externa Brasileña; Río de la Plata.

Recebido em: 10/11/2020

Aprovado em: 13/12/2020

Introdução

Após aproximadamente um século e meio de estudos e interpretações sobre a Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai (1864-1870), ainda existem muitos elementos a serem observados. O alcance e a complexidade da temática originaram diversos debates e linhas argumentativas, cada qual com seus olhares e exercícios de compreensão. Dentre a pluralidade de abordagens e problemáticas, destacaram-se aquelas que buscavam pelas causas da guerra, ou seja, quais teriam sido as ações, as omissões e o contexto que contribuíram para a sua eclosão.

Parte considerável dessas iniciativas esbarrou em uma dificuldade comum: como enquadrar conceitualmente e historicamente o sistema de Estados formados na região, uma vez que as dinâmicas nacionais ainda não estavam estabelecidas, e dessa forma compreender o papel desempenhado pelo contexto internacional regional na eclosão do conflito. Essa problemática fora pouco explorada pela literatura, que apenas muito recentemente passou a considerar novas camadas explicativas no exame da questão que pudessem adicionar variáveis dessa natureza, especialmente com a contribuição seminal de Francisco Doratioto (2002).

Defende-se que essa dimensão regional seria de fundamental importância para a compreensão dos antecedentes do conflito, uma vez que as circunstâncias dadas pelo espaço de interações teriam concorrido para que os atores políticos platinos conduzissem seus atos em direção àquilo que Thomas Whighan (2017) classificou como “a estrada para o Armagedon”. Assim, a guerra seria resultado de uma lógica internacional singular, simultaneamente determinante e determinado pelo labiríntico processo de formação nacional envolvendo diretamente todos os atores platinos (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai).

A região platina seria marcada por padrões que a acompanharam desde o período entre o processo de emancipação colonial no início do século XIX até a eclosão do conflito (WHIGHAM, 2010, p.25-26). Dentre os quais, podemos ressaltar: os limites instáveis e/ou indefinidos; fronteiras marcadas por episódios recorrentes de violência fomentados pela lógica econômica que dependia do uso da força para a conquista e/ou controle de recursos e rotas comerciais, excedendo as soberanias; fraqueza do poder central em estender sua autoridade sobre todo o território; internacionalização dos conflitos partidários, em especial entre ramos do unitarismo e federalismo, e por fim, a conservação da autonomia e da independência dependia de grupos e organizações políticas e militares locais.

Esse contexto teria sido especialmente importante no caso brasileiro. Os eventos que resultaram na eclosão do conflito foram resultado de ações que envolveram diretamente o Império, ajudando a definir tanto o modelo de intervenção internacional do país no pós-guerra, como teve

notável impacto na dimensão doméstica, assim como para o regime monárquico. O peso da mecânica regional seria, portanto, determinante para compreender as circunstâncias estruturais que concorreram naquele contexto.

A conceituação desse espaço de interações é elemento determinante. Raymond Aron (2002, p.153), assim como outros pensadores preocupados com a questão, define um sistema internacional como sendo constituído por “unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra geral”, sendo membros integrais desse sistema “as unidades políticas que os governantes dos principais Estados levam em conta nos seus cálculos de forças.”. Todavia, esse conceito é amplo e pode abarcar, como durante o século XIX, um número enorme de Estados, distribuídos em todos os continentes.

Para restringir o escopo analítico, Aron (2002, p.494-96) apresenta uma alternativa conceitual, observando que as conjunturas regionais em todo o mundo são diferentes, guardando importantes singularidades. Sendo assim, apesar da existência de um sistema “universal”, o mundo seria composto de subsistemas. Essa concepção é apresentada como sendo um espaço de interações em que os “Estados e os povos vivem espontaneamente a solidariedade do seu destino, mesmo na ausência de um equilíbrio local de forças militares”. Isso significa que elas estabeleceriam “uma diferença entre o que acontece dentro e fora da sua região geográfica e histórica”.

Todavia, uma questão conceitual fundamental surge na aplicação deste conceito para a compreensão do contexto platino nas décadas anteriores à Guerra da Tríplice Aliança: ainda que possa ajudar na definição do espaço de interações, a dimensão internacional estabelece que as unidades políticas deveriam comportar uma série de pré-requisitos que não estariam presentes naquele contexto histórico, ou seja, a existência de Estados nacionais consolidados. O conceito fora pensado para operar em sistemas compostos por Estados centralizados, quase unitários, que dispunham do monopólio da violência legítima dentro de um território definido, e a agenda internacional determinada pelo grupo que controlava o poder estatal, dificultando a sua aplicação em espaços de ambiente diverso.

Contudo, ao observar as unidades políticas platinas, para que elas operassem dentro dos padrões estipulados pelo conceito, seria imperativo que os Estados desfrutassem de estruturas políticas e econômicas consolidadas, com o monopólio não apenas da violência, mas também da execução da política externa, algo que não se demonstrava. A debilidade dos aparelhos burocráticos e militares, além da ausência de delimitação e controle de fronteiras, era a característica definidora do ambiente externo regional (CORONATO, 2020, p.9-10).

De maneira preliminar, essa questão poderia afastar o ferramental que busca compreender a lógica internacional de análises históricas eminentemente pré-nacionais, como as experimentadas

no Prata do século XIX. Essa é uma das questões mais complexas na compreensão de sistemas antigos e/ou históricos, já que se corre o risco de anacronismo. Autores como Stuart Kaufman, William Wohlforth, Richard Little (2007, p.7) buscam resolver essa questão considerando como atores internacionais aqueles que atuaram autonomamente nas interações inter-Estados, em especial se controlavam a força militar.

Não obstante, ainda que seja possível empregar essa visão associada ao conceito de sistema, parece ser necessário problematizar se um sistema de unidades políticas pré-nacionais seria idêntico a aqueles ambientes dominados por Estados nacionais. Essa é uma questão central, já que parte considerável das pesquisas que pensam a política externa brasileira naquele contexto histórico ignoram os impactos da interconexão entre a dimensão estrutural interna e a lógica internacional.

Para que se possa apresentar um exame sobre a questão, inicialmente pretende-se debater o contexto platino, observando como suas condicionantes ajudariam a moldar as relações internacionais antecedentes à Guerra da Tríplice Aliança. Posteriormente, serão analisadas as interpretações e narrativas produzidas acerca do Brasil e este contexto, apresentando como as diferentes escolas de pensamento observaram o papel do país na relação com seus vizinhos meridionais, assim como buscar compreender a razão para as limitadas iniciativas que pretendem debater a natureza do sistema platino. Por fim, se proporá uma reflexão acerca dessa questão, discutindo de maneira teórica e conceitual como aquele universo de relações concorreu para a emergência da Guerra da Tríplice Aliança.

Antecedentes da Guerra da Tríplice Aliança

A morte de Francisco Solano López encerrou, em março de 1870, uma das páginas mais sangrentas e trágicas do continente americano. A Guerra da Tríplice Aliança foi o conflito mais intenso experimentado pelos seus participantes e suas consequências foram sentidas por décadas. Ela também representou um processo de transição importante para os países da região, sendo decisiva para a consolidação nacional, em especial da Argentina, além de ter participado de maneira significativa na construção de uma lógica internacional mais definida, de fronteiras e espaços soberanos e reconhecidos.

É importante destacar que até aquele momento, a região do Prata havia sido palco de diversos experimentos políticos e sociais, marcados por instabilidades e permanentes dificuldades de manutenção dos mecanismos de coerção, ou seja, a capacidade de definir um campo de dominação por meio do uso de recursos militares capazes de impor uma ordem (TILLY, 1996, p.65-

67). Relaciona-se com essa dimensão, a fragilidade do controle e definição de fronteiras, além da permeância de poderes locais capazes de exercer seus interesses por meio da violência armada.

Essa realidade pode ser explicada, em parte, pelo passivo colonial que havia legado aos novos Estados uma lógica complexa de interseção e interdependência, que resultou em uma tensão sistemática durante a montagem dos aparatos nacionais. (PIMENTA, 2006, p.251-252). Todavia, cada um dos atores experimentou, em detrimento da interpenetração entre processos, de uma trajetória singular que culminaria na consolidação de seus modelos nacionais, particularmente no espaço do Vice-Reinado do Rio da Prata, marcado por uma fragmentação política e guerras permanentes, inviabilizando a construção de uma estrutura centralizada de poder.

Contudo, o projeto político das classes dirigentes bonaerenses fracassou no seu intento da manutenção de Buenos Aires, notadamente sua aduana, como centro político e econômico do novo ator político que surgia do desmantelamento do poder metropolitano espanhol sobre o Prata. A resistência dos demais espaços provinciais, associados com desejos autonomistas e/ou federalistas, determinou uma ampla cisão territorial, culminando em novas unidades políticas (Paraguai, Uruguai e Bolívia). A região da Argentina se converteu em um espaço singular, composto por atores que gozavam de relativa autonomia e soberania, ainda que sob a alcunha de províncias, e participação ativa dos poderes locais na dinâmica política, sintetizado pelos conflitos partidários fratricidas, assim como pela internacionalização destes para os outros países da região, especialmente os territórios da República Oriental e o Rio Grande do Sul.

Essa realidade se alteraria apenas após a batalha de Pavón (1861), quando as forças centrais da burguesia mercantil de Buenos Aires conseguiram pela solução armada impor uma ordem unitária, ainda que vacilante, sob os poderes regionais e locais. Porém, na década seguinte, oligarcas regionais resistiriam a esse modelo, receosos de que isso significasse a sua completa subordinação à capital (DORATIOTO, 2002, p.473). A organização de exército nacional durante a Guerra da Tríplice Aliança ajudou o governo central a impor ordem às zonas conflagradas, transformando o conflito em um fenômeno dinamizador da consolidação, pela primeira vez, de um espaço nacional dentro do território argentino.

Nesse sentido, Paraguai e Uruguai responderam a essa desagregação de maneiras diferentes, em parte pelas condições materiais, históricas e geográficas distintas. O primeiro deles, em razão de diferenças com Buenos Aires – pela percepção de seu ditador presidente, Gaspar Rodríguez de Francia, de que as instabilidades no território do litoral do Rio Paraná ameaçavam o seu país -, determinou, segundo Yegros (2013, p.35-36), “uma interrupção quase completa dos contatos formais com outros governos”. Esse isolamento, ainda que não total, uma vez que Francia permitia

um intercâmbio mínimo para satisfazer as necessidades econômicas paraguaias, buscava também preservar sua independência.

Esse modelo de emancipação, apesar de ter consolidado o país, não havia sido formalmente reconhecido pelos outros Estados. Dessa forma, as fronteiras territoriais eram garantidas pela autoridade estatal e seus mecanismos de coerção (a mais centralizada em comparação aos outros vizinhos meridionais), todavia, os limites não estavam definidos (YEGROS, 2013, p.39-41). Apesar do isolamento ter sido paulatinamente abandonado desde 1841, a dificuldade em garantir o reconhecimento da sua independência e a controvérsia com os vizinhos acerca dos limites e da liberdade de navegação representou uma debilidade importante no arranjo regional que só seria resolvida com a conclusão da guerra.

Entretanto, foi no território da Banda Oriental que as características desse arranjo regional se relevaram de maneira mais explícita. Ambiente de encontro e disputas entre os dois impérios metropolitanos no período colonial, se converteu em importante ponto comercial na região platina, abrigando portos importantes como os de Montevideu, Maldonado e Colonia, esse último empreendimento luso-brasileiro, além de rapidamente se converter em uma importante localização produtora de gado.

Com o processo de independência na região, a Banda Oriental e Buenos Aires começaram a sofrer importantes desentendimentos, em especial na figura de José Gervasio Artigas, que defendia um modelo de organização federal que era diferente daquele desejado pelos bonaerenses. Essa ruptura ganhou ainda mais força quando os portugueses enviaram seus exércitos para a região, e Buenos Aires não tomou nenhuma ação contrária (BUSHNELL, 2001, p.151-152).

Artigas logo se converteria em um líder do movimento federalista, reunindo uma coligação de províncias contra a dominação de Buenos Aires, por meio da Liga Federal, que reuniu em seu momento de máximo prestígio a Banda Oriental, Córdoba, Corrientes, Entre Ríos, Misiones e Santa Fé. Aproveitando a desarticulação daquela região, o governo imperial português se beneficiando da fraqueza e do consentimento de Buenos Aires (preocupada com o avanço do movimento artiguista), interviu e conquistou a Banda Oriental, nascendo a província Cisplatina, e marcando a última aparição de Artigas na história platina (LIMA, 1996, p.371-372).

A conquista portuguesa se consolidou com a independência do Brasil (1822), sendo efetivamente uma das províncias brasileiras até 1825, quando um movimento emancipacionista apoiado por Buenos Aires se inicia sob a liderança de Juan Antonio Lavalleja (FERREIRA, 2006, p.56-57). A Guerra da Cisplatina se prolongou até 1828, sendo fundamental para a construção de todo o arranjo regional, com a assinatura da Convenção Preliminar de Paz sob mediação de representantes do Reino Unido.

Esse acordo seria determinante, pois inviabilizava qualquer projeto de reconquista por parte do Brasil ou de Buenos Aires, o que seria contrário aos interesses britânicos, que rechaçavam a possibilidade de qualquer uma das duas potências monopolizarem para si o estuário platino, e assim controlassem o comércio de toda a região platina (FELDE, 1991, p.107). De outro lado, não resolvia as questões de limites, comércio, navegação e outras determinações fundamentais acerca do convívio entre os países no século XIX.

Desde então, o Uruguai se tornou um palco de disputas e instabilidades, mesmo após o início da vida institucional do país, em 1830. Além da escassa população, dependência quase exclusiva da pecuária e grande debilidade financeira, o novo Estado sofreu para criar aparelhos de coerção capazes de consolidar um poder centralizado, convivendo permanentemente com a participação e ingerência dos caudilhos e poderosos locais na vida política. Ademais, as suas fronteiras eram o ponto de ligação de todas as outras regiões do Prata, fazendo do seu território um *locus* das disputas partidárias platinas, incluindo das oligarquias rio-grandenses.

Os dois partidos que emergem na vida oriental, os *Blancos* e os *Colorados*, passam a rivalizar o poder interno, mas quase sempre reverberando e/ou contando com a participação estrangeira em suas lutas, em especial no espaço argentino. Os *blancos* tinham grande proximidade com os federalistas, enquanto os *colorados* se associavam com as vertentes unitárias e centralizadoras, além de contar com uma relação de grande proximidade os oligarcas riograndenses.

A ausência de limites internacionais e a fragilidade dos mecanismos estatais em garantir a soberania e o controle territorial, faziam do país o palco central da política platina. Essa posição era assim, paradoxalmente, resultado da sua debilidade e não da sua força e organização. Esse Uruguai “pastoril e caudilhesco”, conforme designado por José Pedro Barrán (2011), participaria decisivamente para criar as condições dos grandes conflitos regionais pelo menos até o período da Guerra da Tríplice Aliança.

Em um dos momentos mais decisivos e trágicos dessa trajetória, Juan Manuel de Rosas, governador de Buenos Aires, intercedeu em uma das disputas internas uruguaias, dando início a denominada Guerra Grande (1839-1851), a primeira guerra geral do Prata, mobilizando direta ou indiretamente todos os atores regionais, incluindo o Paraguai. Além disso, o conflito foi marcado pela interferência de potências extra-regionais, como a França e o Reino Unido, incluindo conexões daquele conflito que foram determinantes para o desenrolar da Guerra Civil Rio-grandense (1835-1845). Após a conquista de toda a campanha oriental, o exército invasor sitiou Montevidéu entre 1843-1851, sendo sustentada por governos estrangeiros que desejavam evitar a concretização da conquista.

Depois de inúmeras tentativas de interceder na situação, em especial durante o conflito entre imperiais e farrapos na fronteira meridional, o Império se manteve distante do conflito, buscando apenas evitar que os eventos no território oriental pudessem pôr em risco a pacificação do Rio Grande do Sul. Todavia, após diversas pressões vindas de proprietários brasileiros nas zonas de fronteira acerca de hostilidades sofridas - o que poderia resultar em um novo ciclo de revoltas -, e o receio crescente de que Rosas pudesse controlar as duas margens do Rio da Prata, o Brasil mudou sua postura, aliando-se a Justo José de Urquiza em um empreendimento que levaria a derrota de Rosas e a construção de um novo arranjo regional (CORONATO, 2020).

Após o conflito, o Império impôs uma série de acordos e tratados com o governo oriental, que serão interpretados como humilhantes por parte importante dos políticos e das lideranças do país, em que se regulava com ampla vantagem aos brasileiros questões de limites, comércio, captura de escravos, entrada e saída de rebanhos, além de mecanismos de intervenção militar (FERREIRA, 2006, p.189-192). Estava evidente que os oligarcas rio-grandenses haviam conquistado uma ampla vitória, agora contando com o peso geopolítico do Império para garantir seus interesses, levando a diversas intervenções militares e/ou político-econômicas no Uruguai. Ainda que aparentasse uma relação típica de protetorados, a resistência oriental se fez presente, em especial nas hostes *blancas*, que ajudaram a inviabilizar os acordos de limites, o que impactava desde a navegação à resolução das questões ganadeiras, metabolizados pela incapacidade dos governos centrais em limitar a ação violenta de grupos locais nas zonas fronteiriças.

Os crescentes incidentes nessa região levaram à uma crescente mobilização militar e reclamações de oligarcas rio-grandenses, que buscavam dissuadir o governo central a interceder a seu favor. Nos Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros de 1861, o assunto foi tratado com grande atenção, demonstrando a necessidade de ações “enérgicas” do governo imperial. Essa situação se tornou ainda mais notável quando os liberais brasileiros, ao assumirem o poder, atribuíram para si essa pauta após o agravamento de um levante comandado pelo general Venâncio Flores, invadindo o país com uma divisão de orientais que estavam radicados em Buenos Aires, logo culminando em uma rebelião.

O principal problema identificado era o dos súditos brasileiros radicados em território oriental, que sofreriam diversos tipos de violência por parte de proprietários, militares e até autoridades civis do país vizinho. No Relatório de 1863, a situação foi descrita como “intolerável”, levando a diplomacia a enviar o Conselheiro José Antonio Saraiva em missão para “conseguir por meios amigáveis” garantir os interesses brasileiros e de seus cidadãos. O fracasso dessa iniciativa se materializou após um *ultimatum* que não foi aceito por Montevideú, levando o Império a agir para além de sua política autoimposta de neutralidade e abstenção, empregando violência armada por

meio de ações realizadas pelo Exército e pela Marinha, em uma aliança com Venâncio Flores que o levaria ao poder e culminaria na sangrenta batalha na cidade de Paysandú.

O cenário alterava completamente o arranjo regional. O Brasil passava a agir de maneira direta para garantir seus interesses, algo que havia assustado as autoridades paraguaias, agora sob o comando de Francisco Solano López desde a morte de seu pai em 1862. Sua política regional era distinta daquela implementada por seus antecessores, preocupado não apenas em garantir a autonomia e independência paraguaias, mas também em expandir seu poder e evitar humilhações e pressões de seus vizinhos (YEGROS, 2013, p.73-74). Esse ímpeto estava associado ao temor resultante da vitória de Buenos Aires em Pavón (1862), causando apreensão acerca das possibilidades expansionistas de uma Argentina unificada, em especial após o apoio daquele país a Venâncio Flores contra o poder dos *blancos*.

López buscou então se associar aos adversários de Buenos Aires, ou seja, setores internos que se opunham ao projeto de consolidação do Estado nacional argentino. Ademais, passou a interferir no Uruguai, o principal pivô das relações platinas, buscando estabelecer uma aliança com os *blancos* em oposição, o que levaria o governo argentino a se aproximar do Brasil em uma composição completamente inédita para a região, tentando acabar com a rivalidade bipolar entre Buenos Aires e Rio de Janeiro. Colaboravam a convergência ideológica, ambos liberais e livre cambistas, e os interesses políticos e materiais em comum na questão oriental, além de terem questões fronteiriças com o Paraguai que não haviam sido resolvidas, mesmo após diversas iniciativas (DORATIOTO, 2002, p.473-474).

Essa composição era indesejável para López que buscava se consolidar como uma terceira parte entre as potências platina. Assim, quando o Brasil invadiu o Uruguai, com o assentimento argentino, a reação paraguaia de iniciar o conflito se pautava na percepção de que o equilíbrio de poder havia sido quebrado. Nota-se que o alcance da parceria entre paraguaios e *blancos* era de fundamental importância para o país e para essa mesma interpretação dos fatos, uma vez que desde 1862 o governo argentino havia dificultado a navegação nos rios platinos, o que atingia diretamente a capacidade do país e das províncias inimigas do projeto de Buenos Aires (federalistas) de fazerem comércio exterior, o que os levou a enviar suas exportações para o Uruguai, evitando a capital portenha. Assim, parecia haver duas grandes coalizões em movimento: Buenos Aires, Rio de Janeiro e *colorados* de um lado, e Assunção, províncias argentinas federalistas e os *blancos*, de outro.

Segundo Francisco Doratioto (2002, p.474), a diplomacia brasileira não aguardava que uma resposta enérgica pudesse ocorrer após sua intervenção na disputa entre *blancos* e *colorados*, porém, López marchou em direção ao Mato Grosso, em 1864, e Corrientes no ano seguinte,

resultando na Tríplice Aliança entre Argentina, Brasil e o Uruguai de Venâncio Flores, no poder com o apoio dos dois vizinhos para enfrentar o Paraguai.

López imaginou que seu ato resultaria em uma sublevação completa no Prata, unindo sua causa aos partidários *blancos* e os líderes federalistas das províncias argentinas, no entanto, isso acabou por não ocorrer. Apesar da longa demora, o conflito terminou com a derrota decisiva do Paraguai, após uma resistência total que levou ao esgotamento de recursos e de poder, além de uma imensa quantidade de vidas perdidas, inaugurando um novo momento para as relações platinas.

O Brasil e o contexto platino: interpretações e narrativas

Entre os intelectuais e acadêmicos brasileiros, diversas foram as iniciativas realizadas entre os séculos XIX e meados do XX, derivados da necessidade implícita e por vezes explícita, de atribuir culpa pelo início dos confrontos, assim como justificar a necessidade do uso da violência por parte do Exército Brasileiro contra o Paraguai. Durante mais de um século, a interpretação corrente seria que a loucura de Francisco Solano López seria a responsável pela guerra, assim como pelos mortos de ambos os lados da contenda por seu ato impensado e irracional de desafiar um adversário como o Brasil.

Essas narrativas se ancoravam em um imaginário acerca da posição do Brasil frente aos seus vizinhos platinos e das suas consequências para a região, de natureza semelhante à dicotomia consagrada por Domingo Faustino Sarmiento (1993), entre civilização e barbárie, buscando defender o Império como antítese dos vizinhos meridionais. Esse universo representativo costumeiramente colocava o Brasil imperial na posição de ator consolidado, estável e civilizado, em detrimento de uma lógica anárquica, caudilhesca e bárbara que estaria presente nas repúblicas vizinhas, presas em um sistema político frágil e incerto, marcado por conflitos intestinos permanentes.

Dessa forma, o eixo de ação brasileiro seria pautado pelo comedimento e pelo direito dos povos, em especial pela sua posição de unidade territorial em face a fragmentação do antigo espaço do Vice-Reino do Rio da Prata. O resultado seria uma inserção internacional de natureza pacífica, não expansionista, e saciado o suficiente para alimentar quaisquer desejos de conquista (ROCHA, 1854, p.3-4). Assim, a ação imperial seria, em casos de uso da força, sempre reativa a um contexto externo ameaçador e perigoso, e como defendeu Heitor Lyra (1922), preocupada com “independência e prosperidade” dos países vizinhos.

Essa autoimagem de superioridade, em especial em razão da prevalência do sistema monárquico, entendido como mais estável, mas também pela formação e manutenção do território

brasileiro, se destacou como a grande síntese desse imaginário superlativo acerca da posição brasileira (MAGNOLI, 1997, p.126). Essas representações eram usualmente guiadas e relacionadas por justificações produzidas no âmbito diplomático-governamental, amparadas pela própria documentação produzida, como as Falas do Trono (1977) e as Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado (2009). Além delas, destaca-se os arquivos ministeriais do período, com atenção especial a Repartição de Negócios Estrangeiros apresentados à Assembleia Geral (RRNE), além de toda a massa documental produzidas nas legações no exterior, e nos relatos dos representantes brasileiros espalhados pela rede diplomática imperial.

A descrição desse ambiente hostil ganhou força por autores como Teixeira Soares (1957), que compreendia a posição brasileira como frágil também em razão da oposição entre os modelos republicanos e monárquico, que produziram uma separação entre o Brasil e seus vizinhos. Enquanto a herança colonial resultou em uma união política e territorial, o espaço do vice-reinado espanhol teria sido acometido por um processo revolucionário que culminou com a criação de diversos países após o fracasso daqueles em reproduzir união entre eles.

Apesar desse novo cenário em si ser desafiador, o governo brasileiro teria adotado um tom de comedimento, mesmo diante das perturbações permanentes que vinham daqueles Estados. Em razão dessa contradição, e por conta daquilo que ele entendia ser resultado da ação de publicistas radicados nos países vizinhos, o Brasil era compreendido como uma ameaça, e mesmo sem razões para tal, visto sob suspeita por possíveis práticas expansionistas e por laços hipotéticos com os interesses europeus na América. Dessa forma, a culpa seria do outro, ou seja, no caso da Guerra da Tríplice Aliança do presidente Francisco Solano López.

Esse imaginário era sustentado, segundo Villafañe G. Santos (2004, p.28), por um discurso legitimador produzido pelas classes dominantes que se viam civilizadas e europeias, portanto, o inverso de seus “anárquicos vizinhos”. Ainda que essa dimensão de superioridade fosse inusitadamente coerente com a manutenção do escravismo, essa dimensão de civilização dificultava a integração com outros países americanos, em uma lógica identitária gestada desde os processos de independência. O governo imperial criou e replicou em diversos momentos essas narrativas, em especial nas discussões ocorridas no Conselho de Estado, nas exposições dos plenipotenciários brasileiros ou dos ministros dos Negócios Estrangeiros em seus relatórios, notas e instruções (CORONATO, 2020, p.26-27).

Havia assim uma sinergia entre a produção nos meios intelectuais e a justificação do Império acerca do seu posicionamento regional, principalmente para legitimar os episódios em que ele teria sido obrigado a responder com a força. Essa lógica se demonstrou ainda mais necessária pela grandeza e importância da Guerra da Tríplice Aliança, que em nada se assemelhava com suas

antecessoras, especialmente a Guerra da Cisplatina (1825 e 1828) e a Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852). Ao relacionar o Império como um ator realizado territorialmente, cercado de inimizades por sua posição singular e que mesmo assim agiria apenas de maneira reativa, criava-se uma fundamentação para os atos brasileiros, ou seja, agindo sempre em defesa de ataques e perigos exógenos.

A antítese dessa perspectiva passou a se desenhar apenas com o movimento de cunho revisionista encabeçado por autores como León Pomer (1981) e Júlio José Chiavenatto (1987), que passaram a buscar causas estruturais, mais especificamente nos interesses das potências imperialistas, para a dinâmica de desarticulação, balcanização e imposição do livre-cambismo na região platina. Sob essa concepção, os países platinos fariam parte do processo de expansão do capitalismo em todo o mundo, sendo de fundamental importância para a consolidação do sistema de poder por parte dos britânicos. Anunciava-se assim o Brasil como um agente subimperialista, que buscou por meio de uma aliança entre as classes dominantes associadas e os países centrais, destruir o projeto autonomista e proto-industrial paraguaio, que ameaçaria a dominação destes em todo estuário platino.

A influência desse ramo interpretativo foi suficiente para que as abordagens tradicionalistas de cunho nacionalista fossem questionadas. Ainda assim, ela gerou diversas reações ao procurar causas ocultas entre as raízes da mecânica de relações na região platina, buscando culpabilizar elementos extra-regionais pela guerra em questão. Em reação surgiram diversos estudos que buscaram interpretar, cada qual a sua maneira, e amparados por investigações de grande alcance e rigor com as fontes, modelos que avançassem para além dessa interpretação.

Autores como Ricardo Salles (1990), Francisco Doratioto (2002), Moniz Bandeira (2012) e Gabriela Nunes Ferreira (2006) tentaram apresentar pesquisas que demonstrassem a importância do processo de formação dos Estados nacionais para a construção do modelo de interação no Prata, além de questionarem, em especial o primeiro deles, a tese de que potências imperialistas teriam sido responsáveis não apenas pela Guerra da Tríplice Aliança, mas também pela natureza das relações no contexto regional.

Essa nova vertente abriu espaço para diversas outras possibilidades de análise, viabilizando problematizar o espaço platino, assim como suas interações, de maneira muito diversa daquelas propostas por intelectuais e representantes brasileiros das primeiras gerações, bem como os ramos revisionistas que surgiram décadas depois. Sem embargo, a preocupação específica com a natureza das relações dentro do espaço platino, assim como as condicionantes e determinantes sistêmicas, foram usualmente apenas um pano de fundo para o enredo que se pretendia apresentar.

Essa situação se explica, em parte, pela visão centrada nas condições nacionais brasileiras ao longo de todo a marcha do século XIX até a eclosão do conflito. Ainda que exista um extenso debate acerca do período de realização da consolidação dos mecanismos nacionais brasileiros, parece ser consenso que o Império teria sido capaz de realizar essa organização de maneira prematura com relação aos vizinhos platinos. Essa conjuntura fora por vezes interpretada e defendido como um legado do período colonial e/ou da própria vinda da transmigração da família real portuguesa, em 1808, sendo o elemento principal das grandes disputas na região platina (BANDEIRA, 2012).

Todavia, usualmente se estabelece o intervalo entre os anos de 1840 e 1850 como o marco desse processo, em que os ‘construtores da ordem’, no parâmetro definido por José Murilo de Carvalho (2011), teriam sido capazes de vencer as forças descentralizadoras, realizando a obra para pacificar o território e criar condições para organizar a vida material, culminando com o fim do tráfico. Miriam Dolhnikoff (2005) defende que esse só se viabilizara com a construção de um arranjo que acomodasse os interesses dos grupos locais e regionais, garantindo certa autonomia administrativa e representação no governo central. Esse processo se impôs após uma desventurada experiência federalista durante o ciclo regencial dos anos 1830, que quase levou à fragmentação do território e a destruição da unidade política.

Desta forma, em uma perspectiva comparativa, o Brasil teria alcançado, segundo esses autores, um grau de organização nacional anterior aos vizinhos platinos. No entanto, conforme se examinam as características do espaço externo na região, assim como as características apresentadas pelo Brasil em face ao entendimento corrente acerca do que se denomina um sistema internacional, percebe-se a necessidade de um debate conceitual e histórico acerca do que se denominará de subsistema platino.

O subsistema platino: uma abordagem pré-nacional

As nações platinas surgiram no início do século XIX gozando de pouca capacidade de instituir uma autoridade centralizada e não podiam impor, em termos weberianos, o monopólio do uso da violência. Observando os pré-requisitos propostos por Charles Tilly (1996), a construção nacional estaria relacionada a quatro dimensões essenciais. Primeiramente seria necessário a neutralização ou eliminação de rivalidades vizinhas ao Estado, para depois a construção estatal caminhar na eliminação ou pacificação de potenciais adversários dentro do próprio território.

Em terceiro, seria fundamental garantir a proteção daqueles que apoiam o poder em processo de estabelecimento. Por fim, para que seja possível manter essas esferas e cumprir outros

imperativos, seria necessário estabelecer mecanismos de extração fiscal e/ou de recursos da população que se busca governar e proteger. Capital e coerção concorreriam então para que a construção nacional fosse possível.

A dimensão e o padrão das guerras foram então determinantes para a criação do marco das relações entre os atores políticos platinos. Isso já estava estabelecido na máxima do pensamento de Charles Tilly (1996) de que “os estados fazem as guerras e guerras fazem estados”, ou seja, importam tanto o fenômeno quanto a forma de ambos para a compreensão de cada um deles. Nesse aspecto, pode-se observar, nos termos definidos por Miguel Angel Centeno (2002, p.21), que o tipo de guerra predominante na América Latina seria a denominada “limitada”, em contraste com a guerra “total” predominante após a Guerra Civil Americana e a Guerra na Criméia.

A guerra “total” pode ser caracterizada pelo envolvimento direto e indireto de parte considerável da população, uma grande letalidade nos encontros bélicos, enormes zonas de combate que incluem alvos civis, militarização da sociedade e de suas instituições sociais, orientadas em esforços de guerra, além da construção de discursos e narrativas que condicionem a ação bélica a uma forma de cruzada moral ou ideológica, em uma lógica de demonização do inimigo. Essas características exigem que os estados sejam capazes de reunir recursos (indivíduos e materiais) em um espaço curto de tempo, e sejam capazes de realizar seus esforços de guerra por centenas/milhares de quilômetros. Ademais, eles devem ser capazes de criar uma mobilização ideológica, convencendo o conjunto da sociedade a aceitar a autoridade militar sobre suas vidas.

Parece simplificado pressupor que as guerras sejam produtos de determinados tipos de Estado, todavia, não se deve negligenciar que elas são capazes de influenciar a criação ou consolidação de diferentes estruturas. Dessa forma, as guerras “totais” resultariam na construção de Estados com maior capacidade de extrair recursos, de centralizar o poder, de anular ou destruir poderes e identidades regionais. Além disso, dela se resultaria também a criação de modelos representativos pautados em laços emocionais entre a população e o conjunto de instituições do Estado e na construção de uma dimensão abstrata de nação (CENTENO, 2002, p.21). A guerra “total” seria então um atributo dos Estados nacionais plenamente constituídos, criando e sendo criado por ele, independente do tipo de regime político ou ideologia predominante.

Já a guerra “limitada” envolveria uma dinâmica bastante diferente. Caracterizadas como disputas de curta duração com momentos isolados de grande ferocidade, elas seriam restritas a pequenas áreas, e seriam disputadas entre Estados com perfil ideológico e/ou cultura compartilhados. A origem dos confrontos estaria vinculada a questões de fronteira ou econômicas, sendo combatidas por exércitos mercenários profissionais ou pequenos contingentes recrutados das classes mais pobres, por vezes podendo ser ignoradas pelos civis.

Diferente do amplo alcance mobilizador da primeira tipologia, aqui não se exige sacrifícios fiscais impostos pelo Estado ao conjunto da população, e não requerem uma mobilização política ou militar de toda a sociedade, exceto em alguns momentos iniciais de euforia. Ademais, a militarização da sociedade não produz ruas cheias de veteranos, ou mesmo um Estado altamente militarizado, que passa a tributar como mecanismo de manutenção da ordem e da sobrevivência.

As consequências da guerra “limitada” são muito diferentes daquelas apresentadas pela “total”. Geralmente elas deixavam uma crise fiscal ou da dívida, já que os Estados não dispõem de mecanismos de capital suficientes, além de impulso para a profissionalização militar com pouca participação popular. Os ganhos da guerra são limitados e produzem provavelmente retrações econômicas resultantes de mudanças no acesso aos recursos ou rupturas com o mercado mundial. Geralmente essas guerras limitadas não deixam legados institucionais positivos, em detrimento de seu custo de longo prazo. Como defende Centeno (2002, p.23), as guerras “limitadas” ao invés de ajudar na construção de Estados baseados em “sangue e ferro”, colaboram para a manutenção de Estados construídos de “sangue e dívidas”.

Deve-se ter em conta, que no caso dos Estados europeus, o estabelecimento do domínio militar precedeu o momento em que as guerras pudessem servir de estímulo à construção nacional. Assim, em especial após a Paz de Vestefália de 1648, quando estes necessitavam de recursos para combater o novo tipo de guerra “total”, a organização política e institucional estava preparada para impor isso ao conjunto da sociedade (TILLY, 1996; CENTENO, 2002). A ausência desses mecanismos institucionais e políticos não forneceram no contexto platino uma oportunidade ao Estado de consolidar seus mecanismos de coerção, legando a eles a base organizacional para fazê-lo.

A Guerra da Tríplice Aliança foi então decisiva, pois sua ferocidade e condição obrigou a um tipo de organização que se aproximou da tipologia “total”, como se pode analisar no caso argentino. A sua fraca estruturação interna dependeu da realização de um conflito de proporções gerais, e por meio dele foi possível estruturar-se internamente. Isso porque, até então, desde a dissolução das estruturas coloniais, resultou em fragmentos de impérios, mas não novos Estados, o que ajuda a explicar a pouca integração econômica e a dificuldade na definição de fronteiras (CENTENO, 2002, p25).

Podemos então compreender que toda a distribuição de poder dependia da existência de Estados frágeis, presos em uma dinâmica em que os âmbitos externos e domésticos estavam por se consolidar, fazendo com que a construção dos Estados nacionais se confundisse com a própria mecânica do equilíbrio de poder. A fronteiras indefinidas e a internacionalização de conflitos potencializavam essa condição, transformando debilidades domésticas em assuntos da política

regional. Esse *front* interno condicionava os cálculos da política exterior do grupo que assumia o aparelho de Estado, colaborando e/ou rivalizando com autoridades e lealdades locais a formulação da ação externa.

Assim, a própria classificação distintiva entre interno e externo faria pouco sentido no contexto platino, já que no plano prático os conflitos domésticos acabavam por se misturar à dimensão regional. Esses impunham aos Estados grandes esforços para simultaneamente manter a ordem interna, ao mesmo tempo que garantia a defesa da sua soberania contra a ingerência externa, seja dos vizinhos platinos ou das grandes potências da época, que de tempos em tempos, se faziam presentes. E como defende Cameron Thies (2005), os conflitos internos ainda eram responsáveis por reduzir a capacidade dos mecanismos de capital (ou extrativista), além de prejudicar a capacidade produtiva do Estado.

Administrar e coordenar simultaneamente os interesses locais com o labiríntico sistema regional era uma tarefa árdua, que não raramente resultava em guerras, sublevações, golpes de estado, assassinatos e mudanças de governo. Essa debilidade interna generalizada produziu uma mecânica internacional singular, em que os Estados, mesmo os maiores, tinham grandes dificuldades em por em prática qualquer iniciativa concreta que visasse impor seus interesses por meio de uma guerra geral ou “total”.

A Guerra da Tríplice Aliança se inicia assim, como mais um encontro militar “limitado” e são as circunstâncias daquele momento histórico, em especial no campo da percepção paraguaia acerca do movimento e poder de Argentina e Brasil, e da própria estruturação nacional em curso do primeiro deles, que abre espaço para os eventos ocorridos então. A própria fragilidade nacional uruguaia na manutenção da ordem interna concorreu para o rumo das ações. Por isso, quando o Paraguai, consciente de sua estrutura interna e capacidade militar, e contando com a fragilidade estrutural interna dos vizinhos, entende que poderia arriscar assim um movimento “total” que desafiava a lógica que até então havia marcado o subsistema pré-nacional platino.

Considerações Finais

A Guerra da Triplice Aliança foi única, não apenas pelo alcance e consequências, mas também por se aproximar de uma guerra “total”. Isso significa dizer que o conflito marcou, conforme discutido, o momento de transição fundamental para os Estados da região em todo o século XIX, concorrendo para a consolidação nacional em todo o Prata. As fragilidades dos instrumentos de capital e coerção concorreram para que a eclosão do conflito, ainda que no curso da

guerra experimentou-se uma alteração importante nas duas dimensões, o que explica o alcance do conflito.

As diversas escolas interpretativas acerca do denominado subsistema platino, em especial no Brasil, relegaram a natureza da região pré-nacional a um tema de menor importância, buscando construir interpretações, pesquisas ou defenderem narrativas em que essa questão não ocupasse um espaço determinante. Como pudemos observar, parte considerável delas tentaram justificar a Guerra da Tríplice Aliança por meio da culpabilização de indivíduos, como o próprio Francisco Solano López, ou fatores imagéticos e identitários, como a dicotomia entre monarquia e república que permeava as relações do Brasil com os vizinhos.

Nota-se que a existência de uma lógica pré-nacional impede o uso acrítico de conceitos e ferramentais pensados para serem utilizados em contextos modernos e contemporâneos. Torna-se necessário problematizar a maneira como se deve tratar cada um dos momentos históricos em uma abordagem internacional, ou mesmo em certos subsistemas atuais em que a lógica nacional não esteja plenamente estabelecida.

Dessa forma, parece ser imperativo, como nos revela as décadas antecedentes ao conflito, que as interconexões entre a dinâmica externa e a estrutura doméstica sejam observadas, de maneira histórica e associada, sem que se estabeleça uma relação causal entre elas, em um processo analítico sincrônico. Essa análise possibilitaria então novos olhares sobre as interações entre unidades políticas, Estados e sociedades ao longo da história.

Referências

BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai (da colonização à Guerra da Tríplice Aliança)*. 4 ed, ver. e ampl. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco – 1839 – 1875*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

BUSHNELL, David. *A Independência da América Espanhola*. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina: volume III: Da Independência Até 1870*. Tradução Maria Clara Cescato – São Paulo: Editoria da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF; Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem: a elite imperial; II Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CENTENO, Miguel Angel. *Blood and debt: War and the nation-state in Latin America*. Penn State Press, 2002.

CHIAVENATO, Júlio José. *Genocídio Americano: a guerra do Paraguai*. São Paulo, Brasiliense,

1987.

CONVENÇÃO PRELIMINAR DE PAZ ENTRE O IMPÉRIO DO BRASIL E A REPÚBLICA DAS PROVÍNCIAS UNIDAS DO RIO DA PRATA. Carta de Lei de 30 de agosto de 1828. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=236595&norma=257527>. Acesso em: 15 set. 2017.

CORONATO, Daniel Rei. *Diplomatas & Estancieiros: A construção nacional brasileira e a busca do equilíbrio de poder no Prata*. Belo Horizonte: Editora Convexa, 2020.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FALAS DO TRONO. Prefácio de Pedro Calmon. São Paulo Cia. Melhoramentos, 1977.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. 3ªed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

LYRA, Heitor. *Ensaio Diplomático*. São Paulo, Monteiro Lobato LC. 1922.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil, 1808-1912*. São Paulo: Editora da Universidade Paulista: Moderna, 1997.

PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata: 1808-1828*. São Paulo: Hucitec, 2006.

O CONSELHO DE ESTADO E A POLÍTICA EXTERNA DO IMPÉRIO. *Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros*. Centro de História e Documentação Diplomática. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2009.

POMER, Léon. *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*. São Paulo: Global Ed., 1981.

RELATÓRIOS DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/105#?c=4&m=0&s=0&cv=0>. Acesso em: 05 nov. 2020.

ROCHA, Justiniano José da, *A política brasileira na República Oriental do Uruguay*. Rio de Janeiro: Typ. Americana de J. J. da Rocha, 1854.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai, escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1990.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

CORONATO, Daniel Rei. O Brasil e o subsistema platino: os antecedentes da Guerra da Tríplice Aliança

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo*. Fundación Biblioteca Ayacucho, 1993.

THIES, Cameron G. *War, rivalry, and state building in Latin America*. American Journal of Political Science, v. 49, n. 3, p. 451-465, 2005. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1540-5907.2005.00134.x>. Acesso em: 08 nov. 2020.

TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estado Europeus (990-1992)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

WHIGHAM, Thomas L. *La Guerra de la Triple Alianza. Volumen I. Causas e inicios del mayor conflicto de América del Sur*. Asunción: Taurus Historia, 2010.

WHIGHAM, Thomas L. *The Road to Armageddon: Paraguay versus the Triple Alliance, 1866–70*. Calgary: University of Calgary Press, 2017.

YEGROS, R. S. *História das relações internacionais do Paraguai*. Brasília: FUNAG, 2013.